



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional
Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação de Infraestruturas

NOTA TÉCNICA

Considerações sobre as ações da Samarco referentes aos programas incluídos na Câmara Técnica “Reconstrução e Recuperação de Infraestruturas”.

1. OBJETIVO

A presente nota técnica visa apresentar as informações fornecidas pela Fundação Renova e pela Samarco referentes aos programas “Reconstrução, recuperação e realocação de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira”, “Recuperação das demais comunidades e infraestruturas impactadas entre Fundão e Candonga, inclusive Barra Longa” e “Recuperação do Reservatório da UHE Risoleta Neves”, SUGERINDO algumas propostas de encaminhamento para análise e deliberação do CIF.

2. INTRODUÇÃO

No dia 5 de novembro de 2015, a barragem de Fundão, localizada na unidade industrial de Germano, no subdistrito de Bento Rodrigues, no Município de Mariana, na Região Central de Minas Gerais, se rompeu, causando uma enxurrada de lama e rejeitos de mineração que provocou a destruição do subdistrito, deixou 17 mortos, mais de 600 pessoas desabrigadas e desalojadas, milhares de pessoas sem água e gerou graves danos ambientais e socioeconômicos a toda a Bacia do Rio Doce.

O impacto sobre infraestruturas públicas e privadas se concentrou nas áreas entre a barragem rompida e a barragem de Candonga, já no município de Rio Doce. Além das comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira, que praticamente desapareceram, destacam-se danos gerados em diversas unidades habitacionais, estradas, pontes e infraestruturas públicas de saúde e ensino, à UHE Risoleta Neves, entre outros.

Segundo relatos das prefeituras da região e da população atingida e apresentações realizadas por Samarco e Fundação Renova, várias ações de reparação e recuperação vem sendo realizadas desde o rompimento da barragem. Estas ações, após a assinatura do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), estão abarcadas nos programas “Reconstrução, recuperação e realocação de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira”, “Recuperação das demais comunidades e infraestruturas impactadas entre Fundão e Candonga, inclusive Barra Longa” e “Recuperação do Reservatório da UHE Risoleta Neves”. Conforme determinado pelo Comitê Interfederativo, estes programas formam o escopo da Câmara Técnica “Reconstrução e Recuperação de Infraestruturas” (CT Infra), coordenada pelo Governo de Minas Gerais.

Foram realizadas, até o momento, três reuniões da CT Infra, duas em Belo Horizonte e uma em Mariana. Nas duas primeiras reuniões, a Fundação Renova e a Samarco apresentaram informações sobre as ações realizadas nos três programas e a CT ouviu relatos das prefeituras e das comunidades atingidas. A terceira reunião contou com



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional

Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação de Infraestruturas

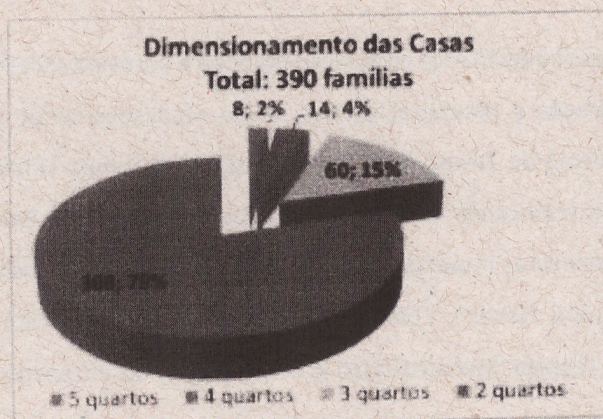
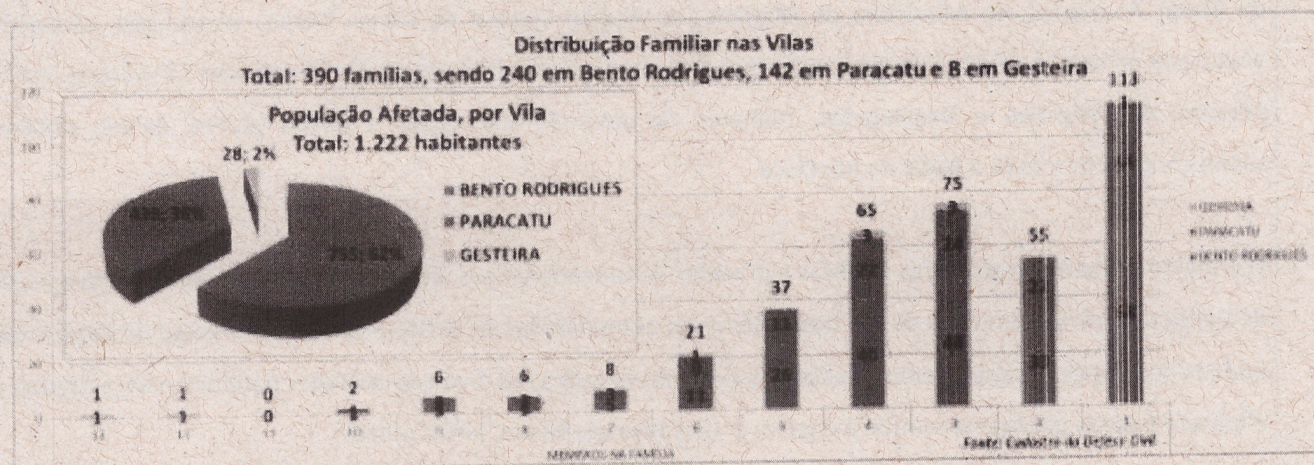
participação apenas dos membros da CT e objetivou analisar criticamente as informações apresentadas, culminando na elaboração desta Nota Técnica.

3. EXECUÇÃO – RESUMO DAS INFORMAÇÕES APRESENTADAS POR SAMARCO E FUNDAÇÃO RENOVA

As apresentações realizadas pela Samarco e pela Fundação encontram-se, completas, anexas a esta Nota Técnica. Esta seção, como diz o próprio título, traz apenas um resumo para facilitar o entendimento.

3.1. Reconstrução, recuperação e realocação de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira

Este programa trata da reconstrução das comunidades destruídas pelo evento em novo local e da assistência à população dessas comunidades. As questões referentes a indenização, apesar de intimamente relacionadas à assistência destas famílias, está sendo tratada em detalhes na Câmara Técnica “Organização Social e Auxílio Emergencial”. Foram quase 400 famílias diretamente afetadas e que serão realocadas, conforme demonstrado a seguir.



Conforme relatado por Samarco e Fundação Renova, as ações que estão sendo realizadas e planejadas dentro deste programa estão seguindo referência internacionais sobre reassentamento, especialmente: Declaração Universal dos Direitos Humanos, IFC – Padrão de Desempenho 5, Banco Mundial - Diretriz Operacional OD 4.30 - OP 4.12, Diretrizes do ICMM – International Council e Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC). Neste



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

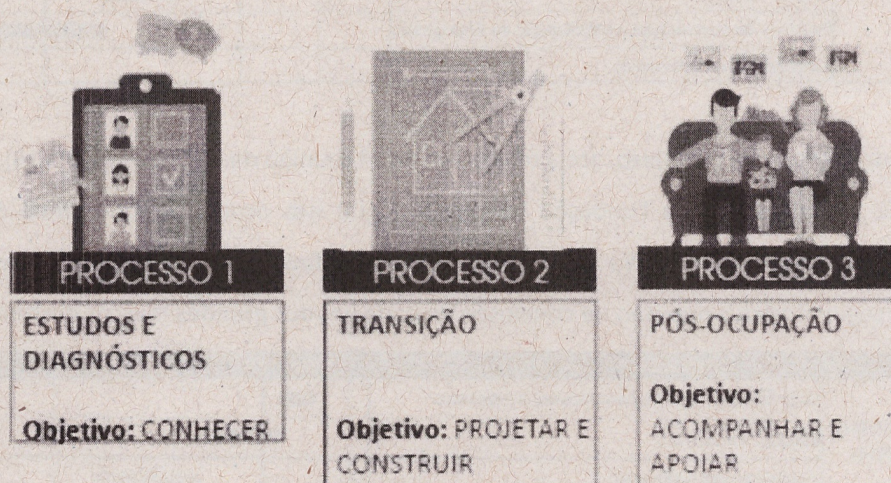
Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional

Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação de Infraestruturas

sentido, Samarco e Fundação informaram que os trabalhos estão sendo orientados pelas seguintes premissas: 1) Respeitar os direitos humanos fundamentais; 2) Melhorar ou restaurar os padrões de vida e subsistência das pessoas afetadas; 3) Fomentar a manutenção dos laços afetivos entre as pessoas afetadas; e 4) Garantir a participação da comunidade afetada em todo processo.

A premissa 4 é de extrema importância e é uma grande preocupação da CT Infra, pois o sucesso do programa de reassentamento depende em grande medida da participação comunitária. Nesse sentido, a Samarco e a Fundação Renova informaram que definiram em conjunto com a comunidade uma série de fóruns de discussão e participação: assembleias com moradores, grupos de trabalho temáticos, reuniões com comissões de moradores, escuta e monitoramento das famílias e manifestações via canais de relacionamento (site, telefone, etc).

Importante ressaltar que realizar um reassentamento não é uma tarefa simples, envolvendo uma série de processos que devem ser observados até que a comunidade seja efetivamente alocada. Basicamente, os processos que devem ser observados na execução deste programa podem ser resumidos da seguinte forma:



A realocação de cada comunidade está caminhando de forma independente. Apesar disso, todas estão na transição do processo 1 para o processo 2. A partir de estudos e diagnósticos realizados em diversas áreas, de acordo com critérios elencados pelas comunidades, chegou-se a um número mais reduzido de possíveis áreas candidatas a receber as comunidades. Em votação aberta a todos os membros de cada comunidade, a maioria define o local que deverá ser adquirido pela Fundação. A partir desta definição, inicia-se o levantamento de expectativas junto à comunidade e a construção do mosaico de imóveis, que nortearão o projeto urbanístico da comunidade.

A comunidade de Bento Rodrigues foi a primeira a definir a área anfitriã, em uma votação com participação de 94% das famílias e na qual a área escolhida recebeu 92% dos votos. As principais ações em andamento neste reassentamento são: levantamento planialtimétrico do terreno, início do processo de contratação para estudos ambientais, estudo do modelo hidrogeológico da região, definição junto à comunidade da devolutiva do levantamento



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional

Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação de Infraestruturas

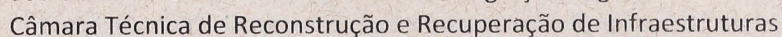
de expectativas e aprovação do projeto de ocupação do território (previsão set/16) e negociação para compra do terreno junto à Arcelor Mittal em fase final. O cronograma abaixo, disponibilizado por Samarco e Fundação Renova, mostra as datas previstas para a conclusão de cada um dos grandes marcos do reassentamento:

DESCRIÇÃO		2016	2017	2018	2019
LICENCIAMENTO AMBIENTAL	Contratação dos Estudos Ambientais	■			
	Estudos Ambientais	■			
	Licenciamento Ambiental		■		
LOTEAMENTO	Estudos do Local (topografia, sondagem, geotecnia)	■			
	Levantamento de Expectativas junto à Comunidade	■			
	Projeto Urbanístico	■			
	Projeto Executivo		■		
	Processo de Contratação e Mobilização da Empreiteira		■		
	Execução da Infraestrutura Urbana		■	■	
				■	
EDIFICAÇÕES	Cadastramento e Inventário de Bens	■			
	Plano de Atendimento da Remoção Involuntária - PAR		■		
	Acordos Individuais		■		
	Projeto Conceitual		■		
	Projeto Básico		■		
	Projeto Executivo		■		
	Processo de Contratação e Mobilização da Empreiteira		■	■	
	Construção das Edificações			■	■
				■	■

Já a comunidade de Paracatu de Baixo, até a realização da 2ª reunião da CT Infra (11/08/16), ainda não havia definido a área anfitriã. A expectativa da Fundação Renova era que isto ocorresse até o final de agosto, fato que será confirmado na próxima e 4ª reunião da CT Infra. Caso a definição tenha ocorrido dentro do prazo previsto, o cronograma a seguir ilustra a previsão de conclusão de cada um dos grandes marcos deste reassentamento.

DESCRIÇÃO		2016	2017	2018	2019
LICENCIAMENTO AMBIENTAL	Obtenção de Licenças para Estudos Ambientais	■			
	Estudos Ambientais	■			
	Licenciamento Ambiental		■		
LOTEAMENTO	Estudos do Local (topografia, sondagem, geotecnia)	■			
	Levantamento de Expectativas junto à Comunidade	■			
	Projeto Urbanístico	■			
	Projeto Executivo		■		
			■		
EDIFICAÇÕES	Cadastramento e Inventário de Bens	■			
	Plano de Atendimento da Remoção Involuntária - PAR		■		
	Acordos Individuais		■		
	Projeto Conceitual		■		
	Projeto Básico		■		
	Projeto Executivo		■		
	Processo de Contratação e Mobilização da Empreiteira		■	■	
	Construção das Edificações			■	■
				■	■
				■	■

Por fim, a comunidade de Gesteira também definiu a sua futura área anfitriã, ficando definido o terreno de "Macacos" com mais de 80% dos votos. No momento, estão em execução: validação do levantamento de expectativas,



DESCRIÇÃO		2016	2017
LOTEAMENTO	Estudos do Local (topografia, sondagem, geotecnia)		
	Levantamento de Expectativas junto à Comunidade		
	Projeto Urbanístico		
	Projeto Executivo		
EDIFICAÇÕES	Cadastramento e Inventário de Bens		
	Plano de Atendimento da Remoção Involuntária - PAR		
	Acordos Individuais		
	Projeto Conceitual		
	Projeto Básico		
	Projeto Executivo		
	Processo de Contratação e Mobilização da Empreiteira		
	Construção das Edificações		

Frente 3 - Infraestrutura Barra Longa



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional

Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação de Infraestruturas

Com relação às ações realizadas em Mariana, a Fundação informou, na 2ª reunião da CT Infra, a seguinte situação:

AÇÕES REALIZADAS NO MÊS

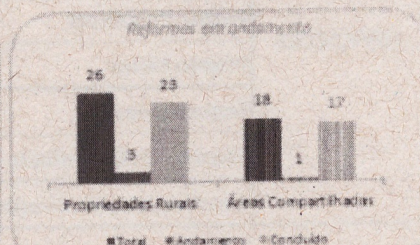
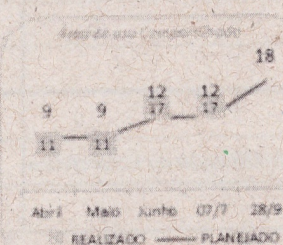
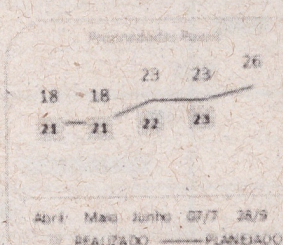
- Limpeza e reforma em 01 espaço público
- Finalizada limpeza e reforma em 1 propriedade rural.
- Finalizada a reforma / recuperação em todos os mata - burros.
- Finalizada a reforma da Fazenda Asa Branca (abrigo de animais).

AÇÕES PRÓXIMO MÊS

- Atendimento de novas demandas enviadas pelo Sistema de Manifestações - SGS.
- Dar continuidade da reforma da Fazenda de Mainart
- Dar continuidade do processo de definição de diretrizes junto a equipe do Socioeconômico sobre as reconstruções de propriedades rurais.

RESULTADOS

- Reformas concluídas em 23 propriedades rurais em distritos atingidos e 17 áreas de uso compartilhado.



Para os itens abarcados acima, quais sejam “reforma e limpeza de propriedades” e “reconstrução de propriedades rurais”, a Samarco apresentou uma previsão para conclusão de 10/12/2016 e 06/10/2018, respectivamente.

Com relação à reconstrução de acessos e controle de erosões, a Fundação informou os seguintes resultados e ações previstas e realizadas:

AÇÕES REALIZADAS NO MÊS

- Manutenção de estradas não pavimentadas entre Ponte do Gama e Gesteira.
- Recuperação de 17km do asfalto de Barra Longa até Acaiaça
- Controle de erosões de 2 propriedades rurais.
- Recolhimento de Madeira realizada em Barra Longa a Gesteira.
- Recuperação de 0,5km de calçamento em Claudio Manuel.
- Liberação de 10 hec de controle de erosão nas propriedades ao longo do rio Gualaxo.

AÇÕES PRÓXIMO MÊS

- Recuperação de 8km do asfalto em Monsenhor Horta
- Recuperação de 0,5km de calçamento em Claudio Manuel.
- Realizar controle de erosão em 2 propriedades rurais.
- Recolhimento de Madeira em Gesteira.
- Manutenção de estradas não pavimentadas entre Ponte do Gama e Gesteira.
- Realizar recuperação em 4.000m² de asfalto em Santa Cruz do Escalvado

RESULTADOS

- 100% da construção de pontes de cabos de aço mapeadas foram concluídas
- 100% dos dispositivos de drenagens mapeados foram reestabelecidos
- 100% dos acessos das estradas vicinais liberadas (atuação de equipe de manutenção ao longo dos acessos)



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional

Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação de Infraestruturas

Para os itens relacionados à reconstrução dos acessos, a Fundação apresentou os seguintes prazos para conclusão: recuperação de estradas pavimentadas – 08/04/2017; recuperação de estradas não pavimentadas – 24/09/2016 (item consta como concluído nas informações apresentadas pela Fundação); reconstrução de Pontes – 30/09/2016 (item consta como concluído nas informações apresentadas pela Fundação); recuperação de drenagens de estradas e vias – 30/09/2016 (item consta como concluído nas informações apresentadas pela Fundação); recuperação de bordas de rios e enrocamentos – 28/01/2017; e controle de erosão e dispositivos de drenagem – 31/10/2017.

No que se refere às infraestruturas localizadas em Barra Longa, a Fundação apresentou os seguintes resultados:

AÇÕES REALIZADAS NO MÊS	AÇÕES PRÓXIMO MÊS
• Concluído a reforma de 8 casas em Barra Longa e Gesteira • Continuação das obras de reconstrução da Praça e da Avenida Beira Rio em Barra Longa • Reforma de 6 currais, 4 porteiras e 4 mata burros • Iniciado a reconstrução de 2 residências de um total de 12	• Reforma de 7 casas e 5 comércios em Barra Longa • Reforma de 2 currais, 5 porteiras e 5 mata burros em Barra Longa e Gesteira • Início da recuperação de pavimentação no Bairro Morro Vermelho e Centro, em Barra Longa • Reforma de mais 20 quintais, lotes e pomares • Início da reconstrução de mais 4 residências de um total de 12
RESULTADOS	
• 100% de asfalto recuperado em Barra Longa • 88 casas reformadas em Barra Longa e Gesteira • 12 currais e 4 mata burros reformados em Barra Longa • 42 quintais finalizados em Barra Longa	

Para estas infraestruturas, os prazos informados para conclusão são: obras de recuperação de residências – 05/11/2016; obras de recuperação de comércios e instituições – 23/04/2017; contenções do Rio do Carmo – concluída; obras de remoção de material – 05/11/2016; reconstrução da praça e rua Beira Rio – 04/03/2017; sistema de estabilização de maciços Rio do Carmo – 11/03/2017; reconstrução de casas – 26/08/2017; reconstrução do parque de exposição – 11/03/2018; reforma de quintais e lotes – 25/03/2017; reconstrução de currais – 11/03/2017; e reconstrução de pavimentação em Barra Longa – 24/12/2016.

3.3. Recuperação do Reservatório da UHE Risoleta Neves

Este programa trata tanto do desassoreamento do Reservatório da UHE Risoleta Neves quanto do reparo na infraestrutura da Usina Hidrelétrica, devendo o programa ser mantido ativo até a efetiva retomada da operação da UHE Risoleta Neves.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional

Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação de Infraestruturas

Apesar de intimamente relacionados, o desassoreamento do reservatório e a recuperação da infraestrutura da usina são assuntos que exigem expertises distintas. De forma a garantir um acompanhamento correto e eficiente, o CIF optou por designar o acompanhamento do desassoreamento e das dragagens à CT "Gestão dos Rejeitos e Segurança Ambiental", restando à CT Infra reassumir o acompanhamento do programa quanto esta etapa estiver superada e o reparo da infraestrutura da usina for de fato iniciado.

De qualquer forma, a CT Infra tem acompanhado, através de informações disponibilizadas por Samarco e Fundação, a evolução das ações no âmbito deste programa. Segue, abaixo, cronograma apresentado na 2ª reunião da CT Infra com o cronograma de execução das atividades de recuperação de Candonga.

Atividades Recuperação Candongas	Ini	Ter	Dur (dd)
PF0014 - UHE Risoleta Neves Fase 1	11/11/15	18/06/18	950
Engenharia detalhada	11/11/15	12/11/16	367
Depósitos montante	15/12/15	01/11/16	322
Dragagem montante	28/04/16	14/05/16	16
Depósitos jusante	07/06/16	19/09/16	104
Dragagem jusante	05/07/16	31/10/16	118
Obras	11/11/15	18/06/18	950
Barramento 400m	31/05/16	21/06/17	386
Barramento 5,1km	31/05/16	30/12/16	213
Depósito de montante Setor 1	29/01/16	02/03/16	33
Depósito de montante Setor 4A	07/12/15	20/08/16	257
Depósito de montante Velho Soberbo (Fase I)	29/09/16	25/11/16	57
Depósito de montante Velho Soberbo (Fase II)	26/11/16	10/03/17	104
Depósito de jusante Fazenda Floresta	20/09/16	18/04/17	210
Dragagem 400m - Et 1 - Setor 4 - 70.240m³	05/07/16	26/08/16	52
Dragagem 400m - Et 2 - Setor 4 - 442.000m³	27/08/16	17/11/16	82
Dragagem 400m - Et 3 - V Soberbo - 110.425m³	18/11/16	14/12/16	26
Dragagem 400m - Et 4a - V Soberbo - 164.574m³	15/12/16	25/01/17	41
Dragagem 400m - Et 4b - Fz Floresta - 238.560m³	26/01/17	25/03/17	58
Dragagem 400m - Et 5 - Fz Floresta - 64.468m³	27/03/17	14/04/17	18
Dragagem 400m - Et 6 - Fz Floresta - 209.088m³	15/04/17	02/06/17	48
Dragagem vol. Excedente otimista + 1.050.000m³	03/06/17	04/04/18	305
Dragagem jusante	12/01/17	13/03/17	60

4. CONSIDERAÇÕES DA CT INFRA

A partir das informações e dos relatos apresentados pela Samarco e pela Fundação Renova, resumidas no subitem anterior, combinadas com depoimentos de representantes das comunidades atingidas e de prefeitos e corpo técnico dos municípios da região, a CT Infra elencou algumas considerações relacionadas a estes programas. Estas



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional

Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação de Infraestruturas

considerações, por óbvio, não esgotam a totalidade do escopo da CT, podendo inclusive ser revistas mediante novas informações que possam vir a ser apresentadas pela Fundação.

- 1) Segundo relatos dos representantes das comunidades atingidas presentes na 2ª reunião da CT Infra, a participação da população nos processos de reassentamento está ocorrendo de maneira efetiva e atendendo as expectativas.
- 2) Existe risco de especulação sobre os terrenos escolhidos para receber as comunidades e ainda não adquiridos pela Fundação. Esta especulação, aliada a quaisquer outras dificuldades nas negociações, pode inviabilizar a aquisição do terreno e frustrar as expectativas da comunidade, que já passou por um longo processo até a sua escolha.
- 3) A Fundação não deu entrada aos processos de licenciamento ambiental relacionados aos reassentamento necessários, apesar de já ter processado a escolha das áreas juntamente com os impactados. Nesse sentido, como exemplo de possíveis complicações futuras, destaca-se que a área escolhida como anfitriã para a comunidade de Bento Rodrigues é bastante próxima a um aterro do Município de Mariana. Desta forma, é imperativo que a Fundação dê entrada aos processos de licenciamento ambiental, para que sejam avaliadas as questões ambientais pertinentes e eventuais medidas para adequação do aterro à nova realidade.
- 4) Devido ao tamanho das áreas que serão adquiridas pela Fundação e à sua localização, é importante atentar para questões relacionadas à sua regularidade (solicitar anuência prévia, estar de acordo com o Plano Diretor, regramentos de uso e ocupação do solo, etc.). Até o momento a Fundação não realizou contato com os órgãos estaduais que tratam desta questão e, segundo informações prestadas pelos municípios, foi realizada análise com relação à adequação dos projetos à legislação urbanística.
- 5) Os cronogramas e dados apresentados pela Fundação para o programa de reconstrução das demais comunidades e infraestruturas não permitem um efetivo acompanhamento das ações. São apresentados apenas dados absolutos do que foi feito e previsão geral para conclusão da categoria de investimento (ex.: reconstrução de pontes), faltando informações sobre o que ainda será feito e quando, bem como georreferenciamento de todas as intervenções para permitir um acompanhamento individualizado. Alguns dados foram apresentados de forma mais completa na 1ª reunião da CT Infra, mas não houve atualização.
- 6) A Fundação tinha, pelo TTAC, um prazo de 60 dias a partir da constituição da FUNDAÇÃO (no caso, até 2 de setembro) para apresentar um planejamento inicial dos PROGRAMAS, atividades, ações e medidas de cada um dos PROGRAMAS. Até o momento esta CT não recebeu este planejamento; há expectativa que ele supra a falta de algumas informações.
- 7) A Fundação não apresentou quaisquer dados relativos à aceitação dos proprietários privados e dos entes públicos com relação às reformas e reconstruções que estão em andamento. Desta forma, não é possível avaliar a efetividade das ações e se elas estão atendendo as expectativas dos atingidos.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional

Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação de Infraestruturas

- 8) A Fundação não apresentou, até o momento, nenhuma das peças técnicas que foram utilizadas para efetuar as reformas e reconstruções. Seria interessante que esta CT tivesse acesso a estes instrumentos e procedesse com seu arquivamento.
- 9) Não foi encontrada qualquer informação sobre reconstrução e recuperação das estruturas de captação de água e tratamento de água e esgoto impactadas.
- 10) Os municípios que participam da CT Infra têm, recorrentemente, questionado sobre a participação municipal nas diversas CTs. Pode ser um ponto interessante para discussão no CIF.
- 11) Não foi encontrado pelos membros da CT acesso ao regimento interno da Fundação. Seria interessante que isto fosse disponibilizado e divulgado pela Fundação e pelo CIF, caso já exista.
- 12) O telefone (0800) disponibilizado pela Fundação para atendimento à população possui duas opções: uma para ser atendido pela própria Fundação e outra para ser atendido pela Samarco. Percebe-se que a Fundação e Samarco ainda caminham muito juntas, e é natural que isso ocorra em um primeiro momento. No entanto, pode ser interessante buscar esta desvinculação em um futuro próximo.
- 13) Alguns prefeitos dos municípios atingidos alertaram para o fato da Samarco e da Fundação não estarem respeitando a legislação municipal ao realizar algumas das atividades previstas no TTAC, alegando o caráter emergencial de tais atividades.
- 14) Alguns prefeitos dos municípios atingidos alertaram, também, para o fato de que a Samarco e a Fundação não estão privilegiando a mão de obra local nas suas contratações, conforme previsto no TTAC. Apesar desta questão constar em um programa incluído na CT Economia e Inovação, vem sendo recorrente nos relatos que esta CT vem recebendo.
- 15) Ao longo dos últimos 2 meses houveram significativas mudanças no corpo técnico da Samarco e da Fundação, o que dificultou um pouco a comunicação entre estes e a CT. No entanto, tal situação parece estar normalizada.
- 16) A iniciativa de realização de uma das reuniões da CT Infra no município de Mariana, intensamente atingido pelo evento, foi muito bem recebida pelos membros da CT e pelos representantes dos atingidos. Percebe-se que este tipo de iniciativa aproxima os trabalhos relacionados ao TTAC da população que está sofrendo os impactos do evento de maneira mais significativa. Sendo assim, a CT buscará realizar suas reuniões na região atingida sempre que possível.

5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

A CT Infra, em suas 3 reuniões realizadas até o presente momento, recebeu diversas informações da Samarco e da Fundação e a presente Nota Técnica busca consolidá-las e apresentar um panorama do trabalho que vem sendo desenvolvido ao CIF. Ao longo deste trabalho, percebeu-se a necessidade de uma série de adequações e informações



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional

Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação de Infraestruturas

adicionais, sendo algumas destas passíveis de solicitação direta pela CT Infra e outras que a CT entende que deverão constar em orientações e deliberações do CIF.

Em primeiro lugar, a CT Infra orientará a Fundação a realizar algumas adequações para a próxima reunião da CT Infra, a ser realizada, a princípio, no dia 28/09/2016:

- 1) A situação da escolha do terreno pela comunidade sem a posse da Fundação e com riscos para sua efetivação representa um ponto muito sensível no programa de reassentamento. A Fundação deverá apresentar, na próxima reunião da CT, informações detalhadas do andamento das negociações de todos os terrenos escolhidos e de sua situação ambiental para análise da CT e eventual encaminhamento para deliberação no CIF.
- 2) A Fundação deverá apresentar, na próxima reunião da CT, informações sobre a regularidade e adequação às normas urbanísticas municipais das áreas que serão adquiridas para participar de reunião com os órgãos estaduais e municipais que realizam esta regularização. Esta agenda será viabilizada pela CT.
- 3) A Fundação deverá apresentar informações sobre reconstrução e recuperação das estruturas de captação de água e tratamento de água e esgoto eventualmente impactadas ou, no caso de ausência de necessidade de intervenção nestas estruturas, informar esta situação.
- 4) A Fundação deverá apresentar, já na próxima reunião da CT, georreferenciamento de todas as intervenções realizadas e das intervenções planejadas.

Por fim, a CT Infra encaminha os seguintes pontos para deliberação do CIF, inclusive constando em anexo a minuta para essa possível deliberação:

- 1) A Samarco e a Fundação (de acordo com o executor de cada ação, uma vez que diversas ações foram realizadas antes da constituição da Fundação) deverão apresentar, para todas as intervenções realizadas no âmbito da CT, termo de aceitação dos proprietários ou do poder público, dependendo de cada caso. Esta documentação deverá ser encaminhada até a próxima CT Infra para as intervenções já realizadas e, a partir daí, mensalmente na reunião ordinária mensal da CT para as execuções realizadas no período.
- 2) A Fundação deverá apresentar o planejamento inicial de todos os programas, incluindo aqueles da CT Infra, nos termos do TTAC, sob pena de aplicação das sanções previstas:

CLÁUSULA 187: *Em até 60 (sessenta) dias da constituição da FUNDAÇÃO, esta deverá apresentar um planejamento inicial dos PROGRAMAS, atividades, ações e medidas de cada um dos PROGRAMAS, o qual deverá ser validado pelo COMITÊ INTERFEDERATIVO, nos termos deste Acordo, sem prejuízo de prazos específicos menores previstos ou da execução de ações emergenciais.*



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional

Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação de Infraestruturas

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O planejamento aprovado pelas instâncias internas da FUNDAÇÃO deverá prever o orçamento, indicadores, metas e cronograma de cada PROGRAMA, devendo levar em consideração as diretrizes contidas neste Acordo e os critérios técnicos aplicáveis.

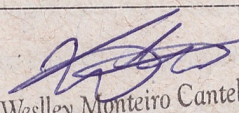
PARÁGRAFO SEGUNDO: O PODER PÚBLICO poderá recomendar correções e readequações nos PROJETOS e no planejamento referidos no **caput**, de forma fundamentada, as quais deverão ser providenciadas no prazo de até 30 (trinta) dias, o qual poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado, nos termos desta Seção.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O planejamento deverá prever medidas a serem executadas ao longo de um período inicial de 3 (três) anos.

- 3) A Samarco e a Fundação (de acordo com o executor de cada ação, uma vez que diversas ações foram realizadas antes da constituição da Fundação) deverão apresentar, para todas as intervenções realizadas no âmbito da CT, as peças técnicas (projetos e plantas) que fundamentaram as reformas e reconstruções realizadas. Tal informação será arquivada pela CT, para posterior utilização pela auditoria independente. Esta documentação deverá ser encaminhada até a próxima CT Infra para as intervenções já realizadas e, a partir daí, mensalmente na reunião ordinária mensal da CT para as execuções realizadas no período.

Belo Horizonte, 09 de Setembro de 2016.

Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional – SECIR/MG


Wesley Monteiro Cantelmo
MASP 1.206.136-2
Superintendente de Planejamento e
Apoio ao Desenvolvimento Regional
SECRETARIA DE CIDADES E DE INTEGRAÇÃO REGIONAL